

Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica.

Bernard Gontières¹

Professor do Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, Coordenador do núcleo de pesquisa: Aspectos Psicossociais da Marginalização, Doutor pela Universidade de Paris VII – França, E-mail: gontiesb@uol.com.br

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Graduando em Psicologia, Bolsista PIBIC/CNPq/UFPB, E-mail: ludgleydson@ig.com.br

RESUMO

O uso de substâncias psicoativas remonta há milhares de anos, sendo algo presente na história da humanidade. O consumo de drogas insere-se no contexto mundial pelas proporções acarretadas, no que se refere aos problemas sociais, econômicos e culturais. A maconha, droga que se caracteriza por seu cultivo milenar, é utilizada nos diversos lugares e épocas, com aplicações na medicina, indústria (confecção de papel, cordas e velas para navios), e até em rituais religiosos. O presente artigo objetiva focar a maconha perpassando pela história, a antropologia e a farmacologia, propiciando melhor entendimento acerca do uso dessa droga pelas diversas sociedades.

Palavras-chave: maconha, história, antropologia

1- O uso medicamentoso da maconha

O nome científico da maconha é *Cannabis sativa*. Em latim, *Cannabis* significa cânhamo, que denomina o gênero da família da planta, e *sativa* que diz respeito plantada ou semeada, e indica a espécie e a natureza do desenvolvimento da planta. É uma planta originária da Ásia Central, com extrema adaptação no que se refere ao clima, altitude, solo, apesar de haver uma

variação quanto à conservação das suas propriedades psicoativas, podendo variar de 1 a 15% dependendo da região à qual foi produzida a erva e a forma como foi ingerida, pois esta requer clima quente e seco, e umidade adequada do solo (Bergeret & Leblanc, 1991; Costa & Gontiès, 1997; Nahas, 1986).

A principal substância química com princípios alucinógenos presentes na Cannabis é o Δ^9 THC (tetraidrocannabinol), do grupo dos canabinóides, sendo identificado também o canabidiol (CBD), que não possui efeitos alucinógenos, mas com algumas propriedades terapêuticas. Bergeret e Leblanc (1991) colocam que o THC, quando administrado na forma oral, a absorção é de 90% do produto, e os seus efeitos apresentam-se após meia hora, atingindo o ápice em torno de 3 horas, com difusão rápida pelo organismo quando acoplado às lipoproteínas, sendo eliminado na urina e fezes transcorrido alguns dias.

Segundo Carlini (1980), na década de 1964, a maconha teve atenção especial dentre os estudiosos de diversas áreas como: químicos, botânicos, farmacólogos na intensificação de pesquisas com o intuito de catalogar as principais substâncias presentes na Cannabis.

No que concerne à forma de utilização da maconha, geralmente faz-se à secagem e a trituração de suas folhas e flores na forma natural. Na Índia, este processo é chamado de bhang ou gandja, no México, grifa; na América do Norte, marijuana; na África do Norte, kif ou takrousi. Pode-se utilizá-la através da resina em forma de placas ou bastões chamada de haxixe ou chira no Oriente Próximo ou norte da África e na Ásia é denominada charas; e também com o óleo (hash oil) obtido das flores da planta feminina cujo teor de THC é mais concentrado, podendo ser sorvido, e menos freqüentemente injetado por via venosa (Bergeret & Leblanc, 1991; Costa & Gontiès, 1997; Graeff, 1989; Enciclopédia Barsa, 1997).

A Nova Enciclopédia Barsa (1997), aponta que *“os efeitos da maconha variam conforme a experiência do usuário, a quantidade e o ambiente em que é consumida, além da potência da droga. Quando fumada, os efeitos fisiológicos se manifestam em minutos e incluem tontura, distúrbios de coordenação e de movimento, sensação de peso nos braços e pernas, secura na boca e na garganta, vermelhidão e irritação nos olhos, aumento da frequência cardíaca, sensação de apetite voraz”* (p.179).

Quanto aos efeitos, o usuário ainda pode apresentar uma euforia leve, com alterações da percepção como: distorções do tempo, espaço (distância) e do senso de organização do próprio corpo. No que tange aos processos mentais, encontram-se desorganizados, com distúrbios de memória e falta de atenção, porém pode ocorrer fortalecimento do sentido do auto-valor, e da sua socialização (Nahas, 1986).

Sonenreich (1982), apresenta uma das primeiras publicações psiquiátrica acerca da maconha, composta de oito fenômenos psicológicos observados em usuários da Cannabis propostos por Moreau de Tours (1845), quais sejam:

- 1) Sentimentos de felicidade;
- 2) Excitação, dissociação de idéias;
- 3) Enganos na avaliação do tempo e do espaço;
- 4) Aumento de sensibilidade auditiva;
- 5) Idéias fixas, convicções delirantes;
- 6) Lesões dos afetos;
- 7) Impulsos irresistíveis;
- 8) Ilusões e alucinações.

Segundo Bergeret e Leblanc (1991), a embriaguez canábica dá-se em quatro fases: 1) fase de bem-estar eufórico; 2) fase de hiperestesia sensorial, com perturbação dos dados espaço-temporais e euforia ou raptos ansiosos; 3) fase extática e 4) fase do sono e desperta. Estes autores ainda reportam as propriedades psicoativas da maconha, *“que é um produto cujos efeitos em longo prazo não são todos conhecidos, tampouco o total de seus compostos químicos, e que ela é ainda utilizada nas formas primitivas (erva ou resina), como era o caso do ópio no início do século; ora sabemos que depois este produto foi refinado em morfina, depois em heroína, e que tudo isto foi injetado no corpo, por via intravenosa”* (p.206).

Para Inaba e Cohen (1991), a maconha, dentre outros efeitos físicos, inclui o desequilíbrio da capacidade de localização, aumento do ritmo cardíaco, queda da pressão arterial, hiperemia conjuntival com queda da pressão intra-ocular (por isso que o THC foi indicado para o tratamento de glaucoma) e alívio de náuseas (com indicação para pacientes em tratamentos quimioterápicos). Por outro lado, a Cannabis compromete a memória de curto prazo e os fumantes crônicos demonstram apatia e falta de motivação.

Estes autores ainda mencionam que *“os efeitos dos alucinógenos (maconha) dependem particularmente da dose, da estrutura emocional do usuário, do seu estado de ânimo por ocasião do uso e das circunstâncias que os rodeiam”* (p.149).

Carlini (1980), por sua vez, afirma que o usuário da maconha apresentará nítidas alterações psíquicas, com perdas da discriminação temporal e espacial, com sonolência, apatia e desinteresse pelo meio, podendo ter crises alucinatórias e reações de pânico.

O uso moderado da maconha não leva à tolerância. No entanto, quando ingeridos em doses elevadas, pode-se constatar uma adaptação aos efeitos do THC, tanto mentais quanto físicos, sendo a dependência psíquica a mais constante. Havendo também a possibilidade da ocorrência de psicoses canábicas, e manifestações por perturbações do caráter, ansiedade, anorexia e insônia (Bergeret & Leblanc, 1991).

Graeff (1989) menciona que o uso freqüente e em doses elevadas da maconha pode levar a tolerância. Não obstante o uso em condições normais, este fenômeno ocorre muito raramente, sendo mais provável a ocorrência da sensibilização, porém isto pode levar o indivíduo a fazer uso com freqüência da maconha.

Sonenreich (1982), por sua vez, advoga que a Cannabis não causa dependência física mesmo no fumante inveterado. No entanto, esta provoca um reduzido número de dependência psíquica, comparados a atividades hedonistas como: café, televisão, dentre outros.

O referido autor reportando-se aos sintomas das drogas coloca que *“devemos confessar que, a maioria dos casos de toxicomania que encontramos, não nos permite afirmar com certeza qual seria a droga responsável pelos sintomas, e se se tratava de uma ou de várias drogas. Não conhecemos sintomas específicos para cada droga, e ao nível de patologia, nem podemos separar com segurança as drogas inibidoras, excitantes e psicodélicas. Embora o diagnóstico diferencial se imponha sempre, na base do simples registro de sintomas, a maioria das vezes não é possível fazer mais do que hipóteses”* (p.18).

Noto e Formigoni (2002), ao dissertarem sobre os efeitos prejudiciais da maconha em curto prazo, salientam que não são bem evidentes se comparados à cocaína. Mas, são freqüentes problemas de concentração e memória, dificultando a aprendizagem e a execução de tarefas de dirigir ou operar máquinas, por exemplo. Como também o seu uso contínuo pode causar tosse crônica, alteração da imunidade, redução dos níveis de testosterona e desencadear doenças mentais como a esquizofrenia, depressão e crises de pânico. Pode ocorrer, também, a redução do interesse e de motivação pela vida com a observação da síndrome amotivacional.

No que diz respeito aos efeitos psicológicos ocasionados pela maconha Graeff (1989) advoga que *“podem ocorrer hipersensibilidade a estímulos sensoriais e principalmente alterações da percepção temporal. Com doses mais elevadas surgem perturbações da memória, alterações do pensamento e sentimentos de estranheza. Somente em doses muito altas aparecem alucinações e despersonalização* (p.121).

Zaluar (2002), por sua vez argumenta que embora haja alguns usuários múltiplos de maconha e cocaína, eles constituem grupos antagônicos quanto aos etos e as imagens associadas às drogas. No caso particular da maconha o seu uso estaria atrelado a atos bucólicos, com referências ao dia, ao campo, natureza, comida, saúde, ao ócio e a paz. Já a cocaína seria associada a um uso mais urbano e artificial, à saída noturna para boates, ao viver agitado, à degeneração do corpo, e à guerra.

Esta autora ainda apresenta pesquisa realizada no Rio de Janeiro entre 1998 e 2000 em três bairros - Copacabana, Tijuca e Madureira. Os resultados assinalaram que entre os efeitos desejados pelos usuários estão a euforia, adrenalina, ligação e o ficar acesso da cocaína; enquanto que os da maconha desejam “estar chapado” ou “ficar lesado”, “desligado”.

Urge a necessidade de enfatizar que as pesquisas acerca das substâncias psicoativas da cannabis atingiram um estágio considerável, que poderão ser utilizados no tratamento medicamentoso, com suas propriedades de ação alucinógena, anti-nausea, hipnótica.

Desta forma, faz necessário salientar que o uso da maconha do ponto de vista medicinal, no sentido de contribuir para promoção de saúde das pessoas, é algo que merece ser apreciado e debatido nos diversos setores da sociedade; tendo como resultante a quebra de estereótipos e preconceitos acerca da maconha.

2– Maconha: sua presença na História e na Antropologia

A ligação do homem com as drogas é algo que remonta há milhares de anos, nos mais diversos lugares e épocas, sejam em tratamento terapêutico ou em rituais religiosos. O uso da Cannabis como droga teve início há mais de 4.000 anos, na China. Sua descoberta foi atribuída ao imperador e farmacêutico chinês Shen Nieng, cujo trabalho em farmacologia advogava o uso da planta, no tratamento do reumatismo e apatia, e como sedativo (Carlini,1980; Costa & Gontiès, 1997; Nahas,1986; Sonenreich,1982).

Mandon (1991), ao dar enfoque antropológico acerca do uso milenar das drogas, diz que a dimensão mítica da droga é compatível com um sistema de valores e representações coletivas que fazem-se presente tanto na repressão quanto no consumo. E que associado a este uso tem-se a transgressão, a evasão, a busca de uma nova identidade, que remetem-se diretamente ao imaginário coletivo dentro de um aparato cultural. De forma que na união do mito com o prazer

afasta-se a angústia, e através da formação de imagens fantasiosas tranquiliza-se a frustração imposta pela realidade.

Na Índia em 1000 a.c., o cânhamo, cuja denominação era Changha, era usado de forma terapêutica, sendo indicado para constipação intestinal, falta de concentração, malária até para doenças ginecológicas. Não obstante, no território indiano, o uso religioso da cannabis antecedeu ao terapêutico, com o intuito de *“libertar a mente das coisas mundanas e concentrá-la no Ente Supremo”* (Graeff, 1989, p.123).

Para Nova Enciclopédia Barsa (1997), *“há mais de dois mil anos os chineses usavam a maconha como anestésico em cirurgias, prática repetida no Renascimento por alguns cirurgiões europeus”* (p.179).

De Félice (1936/70) menciona o historiador Heródoto ao descreve que os citas, os traças utilizavam a maconha na confecção de roupas, como também em práticas religiosas. Por exemplo, numa tenda fechada, sobre pedras esquentadas colocavam-se sementes de cannabis, que com a fumaça cheirosa exalada embriagava estes povos, possibilitando-lhes uma comunicação com os mortos, provocando-lhes grandes gritos. Para Heródoto, o fato concerne a rituais funerários, em banhos de vapor com o intuito de purificar os vivos do contato com a morte.

Este autor ainda coloca que a origem da cannabis corresponderia aos arredores do mar Cáspio e dos países do Irã Oriental, E que o seu uso simbolizava o meio de uma embriaguez sagrada. Os assírios fazia uso da mesma como incenso, sobre o nome *Qounnoubou* ou *Qounnabou* (radical da cannabis).

Costa e Gontiès (1997) remetem a estudos de Remini(s/d) sobre a medicina oriental denominada Nei-Ching. O imperador da época, Kwang-Ti, que viveu entre 2.698 e 2.599 a.c., fazia a indicação das flores ma-p'o para fins cicatrizantes e da resina para uso nas infecções cutâneas e para o tratamento do sistema nervoso, como também as sementes em infusão combatiam vermes no homem e animais.

Segundo Nahas (1986) a indicação da cannabis para alterar o estado mental e não estritamente como remédio tem início no continente indiano, onde esta erva era considerada sagrada, com presença constante em rituais religiosos. Os sacerdotes cultivavam em seus jardins, e utilizavam as flores, folhas e caules cozidos com o intuito de fabricar um líquido potente denominado bhang. Este autor ainda coloca que *“este licor promovia supostamente uma união mais íntima com Deus quando bebido antes de cerimônias religiosas. Os indianos chamavam o bhang de “fonte de prazeres”, voador-celestial” e “dissipador de pesares”(p.28).*

Há três teses que versam acerca da origem da maconha: 1) Seriam os chineses os principiantes no uso da Cannabis como erva medicinal, e na utilização de suas fibras para confecção de papel; 2) A origem da maconha estaria na Índia, tendo como embasamento textos escritos na era Védica 2.500 a.c., 3) Existe outra tese de que a maconha teria origem na região do mar Cáspio e Pérsia, que correspondem na atualidade aos países do Paquistão, Irã e Afeganistão (Nahas, 1986; Barsa, 1997; Costa & Gontiès, 1997).

Sonenreich (1982), por sua vez, relata que no século IX a.c. o rei assírio Teglathfalsar II estava ao lado de um homem adormecido com um ramalhete de papoulas. Nesta época, comenta-se episódios sobre o haxixe, cuja denominação pelos assírios era *qunubu*, de onde deu origem o grego *cannabis*.

Quando a maconha chegou ao Oriente Médio, vinda da Índia, houve uma grande aceitação desta droga. Como o consumo de álcool era proibido pela religião muçulmana, os povos passaram a fazer uso da maconha, tendo em vista a sua capacidade de produzir estado de euforia sem que levasse ao pecado mortal. De acordo com Nahas (1986), havia um monge na região do Oriente Médio, que habitava a montanha de Rama em 500 d.c., que em seus pronunciamentos dizia *“Deus todo poderoso vos concedeu como um favor especial as virtudes desta planta, que dissiparão as sombras que obscurecem vossas almas e iluminarão vossos espíritos”* (p.29).

Posto isto, durante as invasões árabes dos séculos IX a XII, introduziu-se a Cannabis no norte da África, atingindo desde o Egito até o leste da Tunísia, Argélia e o oeste de Marrocos. Porém, é válido destacar o amplo consumo que deu-se no Egito durante auge do desenvolvimento cultural, social e econômico. Inicialmente essa droga era consumida pelas classes privilegiadas, como forma de auto-indulgência (Nahas, 1986).

No século XI é fundada, por um fatimida, Hassan Ibn-Sabbah, a seita de drogados assassinos, chamados Haxixins. Depois de conquistar a fortaleza de Alamout, ao sul do mar Cáspio, Hassan Ibn-Sabbah torna-se chefe de uma organização secreta sob o título de Cheikh-al-Djebel (príncipe da montanha), a qual seqüestravam jovens bonitos entre 12 e 20 anos e, adormecidos com bebidas de cannabis, eram levados para o jardim das delícias, de onde esses próprios jovens, logo depois, não queriam sair. Caso quisessem obter bebida, submetiam-se às ordens do chefe de matar ou roubar, *a posteriori* estes serão conhecidos através das descrições de Marco-Polo (De Félice, 1936/70; Sonenreich, 1982). Estes autores ainda enfatizam que os membros da seita Hassan lhe julgavam uma obediência cega, os simples afiliados tinham apenas o papel de executar suas ordens, isto é, matar seus inimigos pelo ferro ou pelo veneno. Chamavam-lhes Fidai, o que significa eles se auto-sacrificavam, não hesitavam a se exporem à

morte para executar sua tarefa sinistra. Gengis Khan em 1218 extinguiu esta seita com a morte de 12.000 comedores de haxixe. Por volta 1379 baixou-se uma lei rígida contra o uso da cannabis. A pena para os usuários correspondia a terem as solas dos pés e os seus dentes arrancados.

Segundo Costa e Gontiès (1997), mencionando relatos de Remini(s/d), eram encontrados com frequência nos livros de medicina no século XIII prescrições da maconha por parte de feiticeiros e curandeiros em diversas enfermidades. Estes autores ainda dissertam sobre a chegada da Cannabis na Grécia com os rituais dionisíacos. Durante os rituais ao herói micênico Dionísio, em celebrações públicas e nos rituais da natureza, no terceiro dia de manifestações, utilizava-se de uma bebida denominada panspermia, produzida de diversas ervas, incluindo-se a maconha. Há registros do uso da Cannabis sativa nas celebrações em Mistérios de Eleusis na Grécia onde realizava-se reuniões secretas para cerimônias iniciáticas e orgiásticas, em procissões e rituais de purificações.

As cruzadas correspondem ao momento histórico no qual houve a disseminação da maconha pela Europa. Nesta mesma época, relata-se o uso por parte dos Aztecas em rituais religiosos. Já em Cuba por volta de 1492, encontrou também o hábito de inalar a fumaça de folhas secas incandescentes para provocar um prazer singular(Sonnenreich, 1982).

Nos Estados Unidos, em 1720 a planta do tipo fibra era cultivada na região litorânea, e as fibras do caule eram utilizadas na confecção de cordas, barbantes, tapetes, velas, sacos e cintos. Já das sementes extraia-se o óleo para sabões, tintas, dentre outros(Nahas, 1986).

Lewin (1970) enfatiza que em 8 de outubro de 1800, o general Napoleão Bonaparte, promulgou no Egito as seguintes proibições quanto ao uso da cannabis, quais sejam:

Art.I: Fica proibido em todo Egito fazer uso da bebida fabricada por certos muçulmanos com a cannabis (haxixe), bem como fumar as sementes da cannabis, os bebedores e fumantes habituais desta planta perdem a razão e são acometidos de violentos delírios que lhes proporciona cometer abusos de todos tipos;

Art.II: A preparação da bebida de haxixe fica proibida em todo Egito. As portas de todos os bares ou albergues onde é servida serão fechadas com um muro e seus proprietários colocados na cadeia por uma duração de três meses;

Art.III: Todos os pacotes de haxixe que chegarão a alfândega serão confiscados e queimados publicamente.

Quanto a este episódio Nahas (1986) ainda acrescenta que Napoleão em seu discurso diz *“o consumo do forte licor feito por certos maometanos com a erva denominada haxixe, bem como o fumo das drogas copas florais do cânhamo, ficam proibidas em todo o território do Egito”*(p.30). Vale salientar que o imperador francês pouco influenciou no consumo da maconha no Egito.

Em meados do século XIX, o homem ocidental tem acesso as substâncias psicoativas da cannabis, por meio das experiências científicas, e não necessariamente pelo desejo de encontrar o nirvana.

Nahas (1986) coloca que na França, surgiu o grupo denominado de Clube dos comedores de haxixe, tendo como participantes os poetas Théophile Gautier e Charles Baudelaire, cujas experiências com o haxixe são descritas: *“os sons possuem cores e as cores são musicais. Os olhos penetram o infinito e os ouvidos percebem o som mais imperceptível em meio aos ruídos mais acentuados...Os objetos externos assumem aparências monstruosas e se revelam em formas até então desconhecidas”*(p.32). Com o reconhecimento do perigo a qual está exposto o usuário de drogas estes escrevem: *“como com todos os prazeres solitários, o indivíduo torna-se inútil para os homens, e a sociedade supérflua para o indivíduo. O haxixe nunca revela a pessoa mais do que ela já é. Além disso, há um perigo fatal em tais hábitos. Aquele que faz uso do veneno para pensar, logo será incapaz de pensar, logo será incapaz de pensar sem tomar o veneno”* (p.33).

Carlini (2002) elenca as principais convenções internacionais ocorridas para discussão acerca das drogas, quais sejam: a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas em Genebra na Suíça, publicada em 1961, que relata as primeiras diretrizes de fiscalização internacional das substâncias narcóticas, entre elas a morfina é a mais relevante. Em 1971 foi realizada uma Segunda convenção em Viena, a de drogas psicotrópicas, que passaram a ser regulamentadas a fabricação, venda, importação e exportação das anfetaminas, barbitúricos e benzodiazepínicos. E em 1988, saiu a terceira convenção internacional, a dos precursores de reagentes químicos para a produção de drogas de abuso, daí inclui-se a cocaína que na sua fabricação utiliza-se de ácido clorídrico, permanganato e acetona.

No entanto, sabe-se que a temática drogas é algo que se insere nos mais diversos interesses, sejam eles econômicos, políticos e sociais; e que muitos países que participam dos acordos e discussões que foram implementadas durante as convenções, atuam de forma negligente, em favor dos seus interesses. Tudo isso torna cada vez mais difícil de por em prática um programa eficaz acerca do uso das drogas.

3 – Maconha: perspectiva histórica e antropológica na realidade brasileira.

A maconha, ao longo dos tempos, foi utilizada nos países orientais como China, Índia na forma medicinal, e nas comunidades “primitivas” com o objetivo de sair da imanência e atingir a transcendência. Porém, é pertinente explanar sobre a origem da maconha no Brasil, até para que se possa proporcionar um melhor entendimento no contexto atual. Mencionar sobre a origem da maconha na realidade brasileira é algo que merece atenção, tendo em vista as hipóteses desenvolvidas acerca da mesma.

No que tange a chegada da maconha ao Brasil, não há um consenso entre os historiadores. Alguns argumentam o fato desta ter sido introduzida no Brasil pelos escravos. Inclusive defende-se que foi em 1549, período concomitante ao alvará concedido por D. João III que autorizava a importação de escravos para trabalhar nos engenhos de açúcar, dando direito a cada senhor ter até 1200 escravos. Não há indícios que no início o escravo tenha trazido a maconha com o intuito de esquecer as armaduras da escravidão e saudades da terra dos ancestrais.(Bucher, 1992; Brandão, 2002; MacRae & Simões, 2000; Moreno, 1958).

Graeff (1989), ao dissertar acerca da introdução da maconha no Brasil, salienta que esta deu-se a partir dos escravos africanos, cuja denominação era fumo de Angola, e que logo houve uma aceitação do seu uso.

Costa e Gontíes (1997) enfatizam também estudos de Pio Correia (1931) que afirmam que as sementes do fumo da angola, tenham chegado ao território brasileiro no século XV vindas em bonecas de pano embrulhadas na ponta das tangas pelos escravos africanos. Estes autores ainda apontam que a maconha era bastante utilizada principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, tendo em vista que esta desenvolvia-se nas lavouras de cana de açúcar.

Há uma outra hipótese acerca da origem da maconha que advoga sobre a existência em populações indígenas na Amazônia, e que estes já utilizavam na forma medicinal, no preparo de chás e pós pelos pajés, como também nas cerimônias religiosas com o intuito de manter contatos com as divindades (Monteiro, 1965).

Este autor ainda coloca que a maconha ou dirijo era plantada em lugares não muito secos, aproveitando-se dos terrenos das queimadas, uma vez que a planta era adaptada a terrenos frescos e fertilizados a base de cinzas de animais e vegetais. Esta era utilizada nas festas

recreativas, nas danças *desfeiteira* ou *gambá*, em que todas as paixões recalçadas vêm à tona, e declamações são feitas sob o efeito da erva como, por exemplo:

*“Home qui arripuna macunha, mulhé qui foge
de macho,
num tem parência de home;
de fême só tem o macho”*(p.290)

Porém, faz-se necessário salientar posição de Jarbas Pernambucano. Segundo o pesquisador, nos terreiros do Recife, os barbalirixas fazem objeção ao fato de considerar-se a maconha como droga dos negros, e que a expressão “fumo de caboclo” refere-se aos aztecas existentes entre os indígenas brasileiros. (Moreno 1958).

Carlini (1980) aponta diálogo de Garcia Orca (1891), escrito após a descoberta do Brasil, que faz menção ao Soltão Baduar que, em conversa com Martim Afonso de Souza, relatava que à noite quando queria ir a Portugal, ao Brasil, à Turquia, à Arábia e à Pérsia, não fazia outra coisa senão comer um pouco de bangué ou maconha.

Por outro lado, Bucher (1992) apresenta um ensaio de como a maconha foi apresentada na literatura brasileira, este aponta o sociólogo Gilberto Freyre como sendo um dos poucos que comentaram acerca do uso da maconha em seus escritos, falando sobre o “maconhismo” nos escravos. Segundo Gilberto Freyre, ao fim do dia de trabalho os escravos utilizavam-se do fumo da angola. Este autor ainda aponta para fato histórico importante, que diz respeito ao decreto do código de postura feita pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro que, em 04 de outubro de 1930 proíbe a compra e venda em estabelecimentos públicos da erva.

Ao reportar ainda sobre escritos de Gilberto Freyre, Moreno (1958) argumenta que o uso da maconha por parte de seus escravos assegurava a estabilidade dos senhores: ao passo que os brancos usavam charutos cheirosos, o negro fumava para os sonhos. No que tange a plantação desta erva, dava-se ao meio dos canaviais.

Outro fato histórico que merece destaque diz respeito ao uso da maconha por parte da princesa Carlota Joaquina de Bourbon. Seu escravo Filisbino, companheiro da princesa até a morte desta, foi seu principal fornecedor. Comenta-se que ao morrer intoxicada pelo arsênico, esta dizia: *“traga-me um chá com as fibras de diamba do Amazonas, com que despedimos para o inferno tantos inimigos”* (Dória, 1958, p.245).

O código Penal da República, em 1890, mesmo proibindo a comercialização de “coisas venenosas”, não se referia diretamente a proibição da venda da maconha. Porém, faz-se

necessário destacar que só no início do século passado, passou-se a considerar a maconha como uma droga perigosa, tendo em vista sua utilização por parte das camadas populares dos centros urbanos, cristalizando-se a idéia entre autoridades médicas e policiais a polissemia “pobre-preto-maconheiro-marginal-bandido” (MacRae & Simões,2000).

Este autor, ainda enfatiza que, em 1916, Dr. Rodrigues Dória, professor na Faculdade de Medicina da Bahia, ao apresentar um estudo durante o II Congresso Científico Pan- Americano, realizado em Washington, relata sobre o uso da maconha em cidades do Vale do São Francisco, onde feirantes, após o trabalho, fazem uso da cannabis em suas maricas ou cachimbos recitando as “*loas da maconha*”. E que na década de 1930, os E.U.A. aumentaram os investimentos em campanhas de repressão ao uso da maconha, isto repercutiu no Brasil de forma que apareceu uma gama de estudos médicos reforçando a idéia que a maconha é “vício de negro”, como também apontando efeitos do tipo: agressividade, violência, delírios furiosos, loucura, taras degenerativas, degradação física, transmitindo uma imagem aterrorizante da maconha.

No que tange a presença da maconha no folclore brasileiro, Câmara Cascudo (1954) reporta-se às várias denominações regionais que lhes são atribuídas, quais sejam: diamba, liamba, riamba, marijuana, rafi, fininho, baseado, morrão, cheio, fumo brabo, gongo, malva, fêmea. E de acordo com a forma e quantidade que a mesma é consumida podem ser chamadas de *ópio do pobre* (as folhas secas em forma de cigarros), *morrão* (com dois gramas), *baseado* (com um e setenta) e *fininho* (com um grama). Este autor ainda coloca que o óleo da liamba era muito utilizado nos catimbós e candomblés quando se tratava um trabalho difícil.

Há também o *maricas* que é um cachimbo confeccionado com uma garrafa, um cabaço ou feito de barro cozido, tendo um recipiente para fumaça ser lavada, comparando-se ao narguilé turco, que no Maranhão este cachimbo é chamado de *boi* (Câmara Cascudo, 1954; Monteiro 1965).

MacRae e Simões (2000) ao reportarem acerca do movimento que ocorreu em meados do século passado dizem que “*a força reivindicatória que exercia a “revolução cultural” dos anos 60 sobre o simbolismo do uso da maconha, em que quase todo o Ocidente, marcou a inclusão do “jovem” num mundo até então concebido quase exclusivamente como habitado pelos bandidos denunciados pela imprensa. A partir dessa década, o costume de fumar maconha deixou de ser apanágio das camadas mais pobres e marginalizadas e ganhou amplitude entre segmentos da classe média urbana*”. (p.04).

Estes ainda dissertam que nos anos seguintes a este acontecimento, com a instalação da Ditadura Militar no Brasil, o uso da maconha teve uma conotação de necessidade por um estilo

alternativo de vida, liberalização das idéias e sensações exercidas, sobretudo pelos jovens que reivindicava uma sociedade mais justa e igualitária, e a liberdade de expressão.

Noto e Formigoni (2002) salientam que na década de 1980 devido ao não conhecimento no que tange as substâncias psicotrópicas por parte do Brasil, o país adotou um modelo de política de repressão exportado dos E.U.A. no combate sobretudo da maconha e cocaína. Posto isto, os dados da época demonstravam que não havia correlação com os números de usuários estadunidenses, gerando com isso uma exposição exagerada na mídia nacional, contribuindo assim na curiosidade em conhecer as substâncias ilícitas.

Estes autores ainda colocam que já na década de 1990 o número de usuários de maconha cresceu, correspondendo a 7,6% o uso entre estudantes, devido ao fato da maior tolerância à maconha, como também aos debates sobre seu uso terapêutico e sua descriminalização.

No que diz respeito ao uso da maconha no Brasil na atualidade, Murad (2000) apresenta dados da organização não-governamental ABRAÇO (Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do abuso de Drogas) com sede em Minas Gerais, que de 2.600 pessoas atendidas, cerca de 68,36% usam maconha, sendo a droga dita ilegal mais utilizada pelos usuários. E, de acordo com este autor, a Cannabis é geralmente produzida em plantações em países como México, Jamaica, Paraguai e Brasil. Neste último, o estado de Pernambuco é o de maior destaque.

E em 11 de Janeiro de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou nova lei nº 10.409 que em seu texto versa sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Contudo, ao passo em que o governo sanciona lei para as drogas, este ano ocorreu pela primeira vez no Rio de Janeiro, desde que foi criada em 1997, a Marcha Mundial da Maconha (Million Marijuana March), que acontece em 192 países, sempre no primeiro sábado de maio, que reuniu cerca de 500 participantes reivindicando a legalização e descriminalização da maconha (Último Segundo 2002).

Destarte, como bem aponta os fatos históricos e antropológicos, é um tanto quanto utópico abolir por completo o uso de drogas no país, mas faz-se necessário investir em políticas de melhoria nas condições sociais e de saúde, com o intuito de agregar fatores que contribuam para melhoria na qualidade de vida das pessoas, em detrimento de leis repressoras sem o respaldo das reais necessidades da população.

- Referências Bibliográficas

Associação Parceria contra Drogas. **Pesquisa parceria contra drogas**. Disponível na WEB em:

<http://www.uol.com.br/parceriacontradrogas/pesquisa.htm> (consultado no dia 18/06/2002)

(1999).

ARNAUD, M.A.F. **Adolescência e Maconha : A ilusão do poder (um estudo comparativo sobre a percepção de eventos utilizando-se o constructo Locus de Controle)**. Dissertação de Mestrado de Psicologia Social, João Pessoa: UFPB (1996).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa :Edições 70 (1977) .

BERGERET, J. & LEBLANC, J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas (1991).

BUCHER, R. **Drogas e Drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas (1992).

BRANDÃO, M. F. R. **A maconha no Brasil**. Disponível na WEB em <http://www.cic.unb.br/docentes/fatima/imi/imi200b/historiabrazil.htm> (consultado no dia 20/07/2002).

CÂMARA CASCUDO, L. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Ediouro. (1954).

CARLINI, E. A. Maconha (Cannabis Sativa): da "erva de diabo" a medicamento do establishment? *Ciência e Cultura*, 32(6), 684-690 (1980).

CARLINI, E. A. **Legalizar drogas não, descriminalizar sim**. *Ciência hoje*, 181(4), 40-45 (2002).

COSTA, M.R.S. & GONTIÈS, B. **Maconha: Aspectos farmacológicos , históricos e antropológicos**. *Revista Unipê*, 1(2), 12-24. (1997).

DE FÉLICE, P. **Poisons sacrés ivresses divines: essai sur quelques formes inférieures de la mystique** Paris: Albin Michel. (1936/70).

Global Illicit Drug Trends .New York: United Nations. (2000).

GRAEFF, F.G. **Drogas psicotrópicas e seu modo de ação**. São Paulo: E.P.U. (1989).

INABA, S.B.& COHEN, W.E. **Drogas: estimulantes, depressores, alucinógenos, efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas**. Rio de Janeiro: Zahar. (1991).

LEWIN, L. **Phantastica: drogues psychédéliques, stupéfiantes- narcotiques, excitantes hallucinogenes**. Paris: PBP. (1927/70).

MACRAE, E. & SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas**, Salvador: Edufba. (2000).

MONDON, D. Perspectiva antropológica da droga. Em: BERGERET, J. & LEBLANC, J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar** (pp. 230-240). Porto Alegre: Artes Médicas.(1991).

MURAD, J.E. Um “Plano Marshall” para o combate às drogas na América Latina. Brasília: Instituto Teotônio Vilela. (2000).

NAHAS, G. G. **A maconha ou a vida**. Rio de Janeiro: Nórdica (1986).

Nova Enciclopédia Barsa São Paulo: Britannica. (1997).

NOTO, A. R.& FORMIGONI, M. L. **Drogas psicotrópicas e a política de saúde pública no Brasil**. *Ciência hoje*, 181(4), 30-35. (2002).

Presidência da República/ Casa Civil Lei nº 10.409 de 11/01/2002 (on-line).Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10409.htm

ZALUAR, A. **Drogas: um panorama no Brasil e no mundo**. *Ciência hoje*, 181(4), 20-24. . (2002).

Rio: marcha pela maconha é realizada pela primeira vez na cidade e manifestantes podem ser presos. Disponível na WEB em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/useg/notgerais/artigo/print/0,,766137,00.html> (consultado no dia 05/05/2002).

Pelo menos 9 milhões de brasileiros já usaram drogas ilícitas, diz pesquisa. Disponível na

WEB em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/useg/notgerais/artigo/print/0,,820045,00.html>

(consultado no dia 20/06/2002).